O DIREITO Á CIDADE DAS PESSOAS EM CONDIÇÃO DE PROSTITUIÇÃO NO MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA/PR

Fernanda Aparecida de Araújo (PIBIC/CNPq/FA/UEPG),Charon Mahara de Araújo Leite,Sandra Maria Scheffer (Orientador), e-mail: smscheffer@uepg.br

Universidade Estadual de Ponta Grossa/ Departamento de Serviço Social.

Núcleo de Estudos e Pesquisas: Estado, Políticas Públicas e Práticas Sociais

Palavras-Chave: *Direito à cidade*; *Prostituição*; *Políticas Públicas*.

Resumo

A prostituição é reconhecida como profissão no Brasil, mas seus profissionais enfrentam estigmas, violências e negligência nas políticas públicas. O direito à cidade defende o acesso igualitário a recursos e oportunidades urbanas. Esta pesquisa investigou a realidade de pessoas em situação de prostituição em Ponta Grossa-PR, por meio de revisão bibliográfica e análise de políticas públicas. Com base nas teorias de Henri Lefebvre e David Harvey, os resultados mostraram que as necessidades desse grupo são frequentemente ignoradas, perpetuando sua exclusão e vulnerabilidade. Isso destaca a urgência de políticas mais inclusivas para garantir o direito à cidade a todos.

Introdução

A prostituição é um fenômeno social que enfrenta estigmas e vulnerabilidade, especialmente no que diz respeito ao direito à cidade e à liberdade de circulação. Embora reconhecida na Classificação Brasileira de Ocupações, ainda não é considerada profissão por muitos, carecendo de regulamentação e direitos trabalhistas. Em Ponta Grossa, o estigma gera preconceito. Este estudo analisa o direito à cidade para profissionais do sexo, abordando sua marginalização e as contradições legais, além das políticas públicas existentes.

Materiais e Métodos

A pesquisa exploratória buscou esclarecer conceitos e formular questões para investigações futuras. Foram revisados artigos sobre "Prostituição" e "Direito à cidade" na SciELO, utilizando as teorias de David Harvey e Henri Lefebvre. Documentos como relatórios e legislações também foram analisados, permitindo uma compreensão aprofundada da situação das pessoas em prostituição em Ponta Grossa/PR.

Resultados e Discussão

O direito à cidade abrange o acesso igualitário a recursos urbanos e oportunidades, um aspecto fundamental para todos, incluindo as pessoas em situação de prostituição. A ausência de regulamentação e de ações específicas nas áreas de saúde e assistência social perpetua a marginalização, dificultando o acesso a direitos básicos. Em Ponta Grossa, isso se torna evidente ao observar que não há políticas voltadas para este público que garantam sua segurança enquanto desfrutam livremente da cidade, porém na área da saúde há um programa que promove a distribuição de preservativos e encaminhamentos para centros de testagem rápida para o HIV/AIDS.

Conclusão ou Conclusões

A pesquisa sobre o "direito à cidade" foi fundamentada nas ideias de Lefebvre e Harvey, que defendem que esse direito deve permitir que todos moldem os espaços urbanos de maneira justa. Ao investigar a situação das profissionais do sexo, ficou evidente sua exclusão das políticas públicas, especialmente em áreas como saúde e assistência social em Ponta Grossa. O estigma social, aliado à falta de clareza na legislação, impede a regulamentação da prostituição e nega a essas pessoas os direitos que deveriam ter.

Agradecimentos

À UEPG pelo financiamento da pesquisa. À minha orientadora, professora Sandra Scheffer e minha coorientadora Charon Mahara de Araújo Leite.

DANTAS, M. **Rufianismo passivo e a marginalização da prostituição no código penal brasileiro.** Alagoas, 2020.

HARVEY, D. **Cidades rebeldes:** do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo. Martins Fontes, 2014.

LEFEBVRE, H. **O Direito à Cidade.** São Paulo, 2008.